

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DOS CONHECIMENTOS SOBRE FUNÇÕES EXECUTIVAS

Veridiana Ferreira Moraes Girasol

Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Faculdade Dom Bosco.

<http://lattes.cnpq.br/8654464291353091>

<https://orcid.org/0009-0006-5760-0463>

E-mail: Very_f@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-125>

RESUMO: A formação docente para a Educação Infantil envolve a compreensão das diferentes dimensões do desenvolvimento infantil e das condições necessárias à organização de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade presente no contexto escolar. Entre os conhecimentos que podem contribuir para essa formação, destacam-se aqueles relacionados às funções executivas, compreendidas como habilidades cognitivas associadas ao controle inibitório, à memória de trabalho e à flexibilidade cognitiva, fundamentais para a aprendizagem, a participação e a autorregulação. O presente estudo tem como objetivo discutir as contribuições dos conhecimentos sobre funções executivas para a formação de professores da Educação Infantil, considerando suas possibilidades de aplicação no planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. A discussão fundamenta-se em produções científicas e documentos normativos relacionados à formação docente, ao desenvolvimento infantil, às funções executivas e às práticas pedagógicas. A análise dos referenciais evidencia que a compreensão dessas habilidades pode ampliar as possibilidades de interpretação das necessidades infantis e subsidiar decisões pedagógicas mais sensíveis às diferenças individuais. Entretanto, a incorporação desses conhecimentos à formação docente exige uma abordagem crítica, que evite interpretações reducionistas do desenvolvimento e considere as dimensões sociais, culturais e relacionais da aprendizagem. Conclui-se que a articulação entre conhecimentos sobre funções executivas, mediação docente e intencionalidade pedagógica representa uma possibilidade de fortalecimento das práticas inclusivas na Educação Infantil, especialmente quando vinculada à reflexão sobre o cotidiano escolar e à valorização das singularidades das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Educação inclusiva. Funções executivas.

TEACHER EDUCATION AND INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF KNOWLEDGE ABOUT EXECUTIVE FUNCTIONS

ABSTRACT: Teacher education for Early Childhood Education involves understanding the different dimensions of child development and the conditions necessary to organize pedagogical practices that address diversity in school contexts. Among the areas of knowledge that may contribute to teacher education are executive functions, understood

as cognitive skills associated with inhibitory control, working memory, and cognitive flexibility, which are relevant to learning, participation, and self-regulation. This study aims to discuss the contributions of knowledge about executive functions to the education of Early Childhood Education teachers, considering its potential application in planning inclusive pedagogical practices. This qualitative, descriptive study was developed through a narrative literature review. The discussion draws on scientific publications and educational policy documents addressing teacher education, child development, executive functions, and pedagogical practices. The theoretical analysis suggests that understanding these skills may broaden teachers' interpretations of children's needs and support pedagogical decisions that are more responsive to individual differences. However, incorporating such knowledge into teacher education requires a critical approach that avoids reductionist interpretations of development and considers the social, cultural, and relational dimensions of learning. It is concluded that connecting knowledge about executive functions with teacher mediation and pedagogical intentionality offers opportunities to strengthen inclusive practices in Early Childhood Education, particularly when grounded in reflection on everyday school experiences and recognition of children's individual characteristics.

KEYWORDS: Teacher education. Inclusive education. Executive functions.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui uma etapa da Educação Básica caracterizada pela diversidade de experiências, formas de participação e processos de desenvolvimento das crianças. Nesse contexto, o trabalho docente exige conhecimentos que ultrapassam a organização de atividades e a seleção de recursos pedagógicos, envolvendo a compreensão das relações entre desenvolvimento infantil, aprendizagem, interação social e condições de participação no ambiente escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos, enquanto a Base Nacional Comum Curricular estabelece as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, orientando a organização de experiências que favoreçam o desenvolvimento integral (Brasil, 2009; Brasil, 2018).

A diversidade presente nas turmas de Educação Infantil exige que os professores reconheçam diferentes maneiras de aprender, comunicar-se, interagir e responder às situações propostas. A construção de práticas pedagógicas inclusivas pressupõe, portanto, a capacidade de identificar barreiras à participação e reorganizar as experiências educativas de acordo com as necessidades e possibilidades das crianças.

Essa perspectiva demanda uma formação docente que articule conhecimentos teóricos e reflexão sobre a prática, permitindo compreender o desenvolvimento infantil sem reduzi-lo a padrões homogêneos de comportamento e aprendizagem.

Entre os conhecimentos que podem contribuir para essa compreensão, encontram-se aqueles relacionados às funções executivas. Diamond (2013) caracteriza essas funções como um conjunto de processos cognitivos que envolvem principalmente o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva, habilidades relacionadas à organização do pensamento, ao planejamento, à resolução de problemas e à regulação do comportamento. Blair e Raver (2015) destacam que essas capacidades se desenvolvem progressivamente e são influenciadas pelas experiências vivenciadas nos diferentes contextos sociais e educativos.

No cotidiano da Educação Infantil, as funções executivas estão relacionadas a situações frequentes, como compreender orientações, participar de brincadeiras coletivas, lidar com mudanças na rotina, esperar a própria vez e buscar alternativas diante de dificuldades.

Embora essas manifestações façam parte do desenvolvimento infantil, sua interpretação pelo professor pode influenciar as decisões pedagógicas e as oportunidades de participação oferecidas às crianças. O conhecimento sobre essas habilidades pode, portanto, contribuir para ampliar o repertório docente e favorecer intervenções mais contextualizadas.

Entretanto, a aproximação entre conhecimentos sobre desenvolvimento cognitivo e práticas pedagógicas exige atenção às especificidades do trabalho educativo. A compreensão das funções executivas não deve resultar na classificação das crianças segundo desempenhos considerados ideais, tampouco na transformação da Educação Infantil em um espaço de treinamento de habilidades isoladas.

Conforme Vygotsky (2007), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está relacionado às interações sociais e aos processos de mediação, o que reforça a importância de compreender a aprendizagem a partir das relações estabelecidas entre a criança, os sujeitos e o contexto educativo.

Nesse cenário, a formação docente representa uma dimensão importante para que os conhecimentos produzidos sobre desenvolvimento infantil sejam interpretados criticamente e incorporados ao planejamento pedagógico. Dias e Seabra (2013) apresentam possibilidades de organização de atividades voltadas às funções executivas e à autorregulação, enquanto Kishimoto (2017) evidencia a importância do brincar na construção de experiências educativas significativas. Essas contribuições permitem discutir como o professor pode utilizar conhecimentos sobre o desenvolvimento cognitivo sem desconsiderar as dimensões sociais, emocionais e culturais da infância.

Diante dessas considerações, estabelece-se como problema de pesquisa: de que maneira os conhecimentos sobre funções executivas podem contribuir para a formação de professores e para a organização de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil?

O presente estudo tem como objetivo discutir as contribuições dos conhecimentos sobre funções executivas para a formação de professores da Educação Infantil, considerando suas possibilidades de aplicação no planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. A relevância da investigação está na necessidade de aproximar os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil das demandas concretas do trabalho docente, ampliando as possibilidades de construção de ambientes educativos que respeitem as singularidades das crianças e favoreçam sua participação nas experiências escolares.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação de professores para a Educação Infantil envolve a compreensão das características próprias dessa etapa da Educação Básica e das diferentes dimensões que constituem o desenvolvimento infantil. Diferentemente de uma concepção centrada na transmissão de conteúdos, o trabalho pedagógico com crianças pequenas exige a organização de experiências que articulem cuidado, educação, convivência, exploração e participação.

Oliveira (2019) destaca que a Educação Infantil deve ser compreendida como espaço educativo no qual as experiências cotidianas contribuem para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da autonomia e a formação das relações sociais.

Essa perspectiva encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam a organização de propostas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças e com o reconhecimento de suas especificidades.

A Base Nacional Comum Curricular também estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento que envolvem conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, indicando que as práticas pedagógicas devem proporcionar diferentes oportunidades de interação e construção de conhecimentos (Brasil, 2009; Brasil, 2018).

A diversidade constitui uma característica inerente ao contexto escolar, manifestando-se nas diferentes experiências familiares, culturais, sociais e individuais das crianças. Reconhecer essa diversidade implica compreender que os processos de aprendizagem não ocorrem de maneira uniforme e que as propostas pedagógicas precisam considerar distintas formas de participação. Dessa maneira, a atuação docente exige sensibilidade para identificar situações em que a organização das atividades, as formas de comunicação ou as expectativas estabelecidas podem dificultar a participação de determinadas crianças.

Sob essa perspectiva, a Educação Inclusiva não se limita à presença de crianças com deficiência no ambiente escolar, mas envolve a construção de condições que assegurem oportunidades de participação e aprendizagem a todos. Na Educação Infantil, essa compreensão assume particular importância, considerando que as crianças se encontram em diferentes momentos do desenvolvimento e apresentam necessidades variadas de mediação, interação e apoio.

A formação docente precisa contemplar conhecimentos que auxiliem os professores a compreender essas diferenças sem transformá-las em critérios de hierarquização das capacidades infantis. Vygotsky (2007) contribui para essa discussão ao compreender o desenvolvimento humano como processo constituído nas relações sociais, destacando o papel da mediação na ampliação das possibilidades de

aprendizagem. A partir dessa perspectiva, o professor não atua apenas como responsável pela apresentação de conteúdos, mas como organizador de experiências que favoreçam a participação das crianças e a construção progressiva de novas capacidades.

Kishimoto (2017) também oferece contribuições para essa discussão ao reconhecer o brincar como dimensão central da infância e das práticas educativas. As brincadeiras permitem que as crianças participem de experiências coletivas, expressem conhecimentos, construam relações e explorem diferentes possibilidades de ação. Entretanto, para que essas experiências sejam efetivamente inclusivas, o professor precisa considerar as condições de participação de cada criança, adaptando regras, materiais, espaços e formas de mediação quando necessário.

A formação docente, portanto, deve possibilitar a reflexão sobre as relações entre desenvolvimento infantil, organização do trabalho pedagógico e diversidade. Isso significa compreender que a construção de práticas inclusivas não depende exclusivamente da utilização de recursos específicos, mas também das concepções que orientam as decisões do professor e de sua capacidade de reorganizar as experiências educativas diante das necessidades identificadas no cotidiano escolar.

FUNÇÕES EXECUTIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

As funções executivas correspondem a processos cognitivos envolvidos na organização do pensamento e na regulação das ações diante das diferentes situações do cotidiano. Diamond (2013) identifica três componentes centrais dessas funções: o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva. Embora apresentem características específicas, essas habilidades atuam de maneira integrada e contribuem para a realização de atividades que exigem planejamento, atenção, tomada de decisões e adaptação a novas circunstâncias.

O controle inibitório está relacionado à capacidade de regular respostas impulsivas e direcionar o comportamento de acordo com as demandas de determinada situação. Na Educação Infantil, essa habilidade pode ser mobilizada quando a criança participa de

brincadeiras com regras, aguarda sua vez ou precisa interromper uma ação para considerar uma orientação.

A memória de trabalho, por sua vez, permite manter e utilizar informações durante a realização de atividades, sendo importante para acompanhar sequências, compreender instruções e organizar ações. Já a flexibilidade cognitiva está associada à possibilidade de modificar estratégias, considerar alternativas e adaptar-se a mudanças (Diamond, 2013).

Blair e Raver (2015) explicam que o desenvolvimento dessas habilidades está relacionado tanto aos processos de maturação quanto às experiências proporcionadas pelos ambientes em que as crianças estão inseridas. Os autores destacam a importância das relações sociais e das condições educativas para o desenvolvimento da autorregulação, demonstrando que os contextos de aprendizagem podem favorecer a construção progressiva dessas capacidades.

Na Educação Infantil, o conhecimento sobre funções executivas pode auxiliar o professor a compreender determinados comportamentos como manifestações de processos de desenvolvimento ainda em construção. Uma criança que apresenta dificuldade para acompanhar uma sequência de orientações, por exemplo, podem necessitar de diferentes formas de apresentação da atividade ou de maior apoio durante sua realização. Da mesma forma, dificuldades relacionadas à espera, à adaptação a mudanças e à resolução de conflitos podem demandar experiências de mediação que considerem as características do desenvolvimento infantil.

Entretanto, compreender essas situações a partir das funções executivas não significa atribuir automaticamente dificuldades de participação a limitações cognitivas individuais. As respostas das crianças também estão relacionadas à organização das atividades, às condições ambientais, às interações estabelecidas e às oportunidades de aprendizagem oferecidas. Assim, os conhecimentos sobre desenvolvimento cognitivo precisam ser articulados a uma compreensão mais ampla das experiências infantis.

Vygotsky (2007) contribui para essa discussão ao destacar que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das relações sociais e da mediação cultural. A partir dessa compreensão, as capacidades infantis não podem ser analisadas

exclusivamente como características individuais, pois são continuamente construídas e reorganizadas nas interações com outras pessoas e com o ambiente.

Dias e Seabra (2013) apresentam possibilidades de intervenção voltadas ao desenvolvimento das funções executivas e da autorregulação, evidenciando que atividades intencionalmente planejadas podem favorecer a mobilização dessas habilidades. Entretanto, a utilização de propostas estruturadas no contexto da Educação Infantil exige adequação às características das crianças e articulação com os objetivos pedagógicos dessa etapa.

Dessa forma, os conhecimentos sobre funções executivas podem contribuir para a formação docente ao ampliar as possibilidades de interpretação dos processos de aprendizagem e subsidiar o planejamento de experiências educativas. Sua utilização, contudo, deve preservar a compreensão integral do desenvolvimento infantil, evitando a redução das práticas pedagógicas a exercícios destinados exclusivamente ao desempenho cognitivo.

INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

A intencionalidade pedagógica corresponde à organização consciente das experiências educativas a partir de objetivos relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças. Na Educação Infantil, essa intencionalidade se manifesta nas escolhas realizadas pelo professor durante o planejamento, na organização dos espaços, na seleção dos materiais e nas formas de mediação estabelecidas durante as atividades.

A Base Nacional Comum Curricular orienta que o trabalho pedagógico seja organizado a partir de experiências que favoreçam a participação ativa das crianças, respeitando suas características e necessidades. Dessa maneira, o planejamento não deve ser compreendido como uma sequência rígida de atividades, mas como um processo que envolve observação, reflexão e reorganização das propostas de acordo com as respostas e os interesses apresentados pelas crianças (Brasil, 2018).

A construção de práticas inclusivas exige que essa intencionalidade esteja associada ao reconhecimento das diferentes possibilidades de participação. Uma mesma atividade pode representar experiências distintas para crianças que apresentam diferentes formas de comunicação, compreensão, interação e organização do comportamento. Cabe ao professor identificar essas diferenças e buscar alternativas que permitam a participação de todos, sem necessariamente exigir desempenhos homogêneos.

Os conhecimentos sobre funções executivas podem contribuir para esse processo ao oferecer elementos para compreender as demandas cognitivas envolvidas nas atividades. Jogos que exigem o acompanhamento de regras, por exemplo, mobilizam a memória de trabalho e o controle inibitório, enquanto propostas que envolvem mudanças de estratégias podem favorecer a flexibilidade cognitiva. Diamond (2013) destaca que essas habilidades estão relacionadas à capacidade de organizar ações e responder a diferentes desafios, sendo mobilizadas em diversas situações cotidianas.

Kishimoto (2017) evidencia que o brincar constitui uma experiência fundamental para o desenvolvimento infantil, pois envolve imaginação, interação, negociação e construção de conhecimentos. Durante as brincadeiras, as crianças encontram oportunidades para experimentar diferentes papéis, resolver conflitos, elaborar estratégias e construir relações com seus pares. Essas experiências podem favorecer a mobilização das funções executivas sem que seja necessário transformar a brincadeira em uma atividade exclusivamente direcionada ao treinamento cognitivo.

A mediação docente assume papel central nesse processo. Vygotsky (2007) compreende a aprendizagem como um processo socialmente mediado, no qual as interações contribuem para ampliar as possibilidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o professor precisa observar as respostas das crianças, oferecer apoios adequados e reorganizar as propostas quando identifica barreiras à participação.

A utilização de estratégias pedagógicas voltadas às funções executivas também pode ser favorecida por programas estruturados, como o Programa de Intervenção em Autorregulação e Funções Executivas, apresentado por Dias e Seabra (2013). Entretanto, a incorporação dessas propostas ao cotidiano escolar exige uma análise das necessidades da turma e das condições de realização das atividades. A utilização de um programa não

substitui o planejamento docente, tampouco garante, isoladamente, a construção de práticas inclusivas.

Mazzo (2021) discute programas de intervenção relacionados às funções executivas na Educação Infantil, contribuindo para compreender as possibilidades de organização de experiências que mobilizem habilidades cognitivas relevantes à aprendizagem. Essas contribuições reforçam a importância de aproximar conhecimentos científicos e práticas pedagógicas, desde que as estratégias sejam utilizadas de maneira contextualizada.

A construção de práticas inclusivas, portanto, envolve mais do que conhecer as funções executivas ou selecionar atividades que possam estimulá-las. Exige compreender como os conhecimentos sobre desenvolvimento infantil podem orientar decisões pedagógicas, favorecer a reorganização das experiências educativas e ampliar as condições de participação das crianças.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. Essa modalidade de investigação foi adotada com o propósito de reunir e discutir contribuições teóricas relacionadas à formação docente, ao desenvolvimento das funções executivas e à organização de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil.

A revisão foi construída a partir do conjunto de referências científicas e normativas utilizado no estudo de origem, contemplando produções sobre desenvolvimento infantil, funções executivas, autorregulação, mediação pedagógica e fundamentos da Educação Infantil. Entre os referenciais analisados, destacam-se as contribuições de Diamond (2013), Blair e Raver (2015), Vygotsky (2007), Dias e Seabra (2013), Kishimoto (2017), Oliveira (2019), Mazzo (2021) e Moreira e Barreto (2026), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e da Base Nacional Comum Curricular.

A análise foi desenvolvida de maneira interpretativa, buscando estabelecer relações entre os conhecimentos sobre funções executivas e as demandas da formação docente para a organização de práticas pedagógicas inclusivas. Para orientar a discussão, foram considerados três eixos: a compreensão do desenvolvimento infantil na formação de professores, as possibilidades de utilização dos conhecimentos sobre funções executivas no planejamento pedagógico e os cuidados necessários para evitar interpretações reducionistas das diferenças individuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos referenciais permite identificar que os conhecimentos sobre funções executivas podem contribuir para a formação de professores da Educação Infantil ao ampliar a compreensão das relações entre desenvolvimento cognitivo, aprendizagem e participação nas experiências escolares. Diamond (2013) apresenta o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva como habilidades envolvidas na organização das ações e na adaptação a diferentes situações.

Blair e Raver (2015), por sua vez, destacam a influência das experiências sociais e educativas no desenvolvimento da autorregulação. Em conjunto, essas contribuições oferecem elementos para compreender que determinados comportamentos observados no cotidiano escolar estão relacionados a processos de desenvolvimento que se constituem progressivamente.

No campo da formação docente, essa compreensão pode favorecer interpretações mais contextualizadas das dificuldades vivenciadas pelas crianças. Situações como não conseguir acompanhar uma sequência de orientações, apresentar dificuldades para lidar com mudanças ou necessitar de apoio para participar de atividades coletivas podem ser analisadas considerando tanto as habilidades em desenvolvimento quanto as condições oferecidas pelo ambiente educativo. Essa perspectiva permite deslocar a atenção de uma interpretação centrada exclusivamente no comportamento individual para uma reflexão sobre as possibilidades de mediação e organização das experiências pedagógicas.

A aproximação entre os conhecimentos sobre funções executivas e a Educação Inclusiva, entretanto, exige reconhecer que as diferenças apresentadas pelas crianças não

podem ser explicadas apenas por processos cognitivos. A aprendizagem também envolve experiências culturais, condições sociais, relações afetivas e oportunidades de participação. Vygotsky (2007) contribui para essa compreensão ao destacar a constituição social das funções psicológicas superiores, indicando que o desenvolvimento ocorre nas relações estabelecidas entre os sujeitos e os contextos em que estão inseridos.

Essa articulação teórica permite compreender que a formação docente não deve se limitar à apresentação de conceitos sobre funcionamento cognitivo. É necessário discutir como esses conhecimentos podem ser utilizados para interpretar situações concretas do cotidiano escolar e orientar decisões pedagógicas.

Conhecer o conceito de memória de trabalho, por exemplo, não assegura que o professor consiga reorganizar uma atividade para uma criança que apresenta dificuldades em acompanhar instruções. A contribuição formativa está na possibilidade de relacionar esse conhecimento à observação das necessidades infantis e à construção de estratégias de mediação adequadas.

Outro aspecto identificado refere-se à importância da intencionalidade pedagógica na organização de práticas inclusivas. Oliveira (2019) destaca que a Educação Infantil deve articular cuidado e educação, promovendo experiências que contemplem as diferentes dimensões do desenvolvimento. Essa compreensão encontra respaldo nos documentos orientadores da etapa, que reconhecem as interações e as brincadeiras como elementos estruturantes das propostas pedagógicas (Brasil, 2009; Brasil, 2018).

Dessa forma, os conhecimentos sobre funções executivas precisam ser incorporados a uma concepção educativa comprometida com o desenvolvimento integral, e não utilizados como justificativa para substituir experiências próprias da infância por exercícios cognitivos isolados.

A brincadeira representa uma possibilidade de articulação entre esses conhecimentos e as práticas pedagógicas. Kishimoto (2017) reconhece o brincar como experiência fundamental para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da imaginação e a formação das relações sociais.

Durante as brincadeiras, as crianças mobilizam diferentes habilidades relacionadas à organização das ações, à negociação de regras e à resolução de problemas.

Entretanto, a participação nessas experiências pode ocorrer de maneiras distintas, exigindo do professor atenção às necessidades individuais e às possibilidades de reorganização das atividades.

Nessa perspectiva, a formação docente pode contribuir para que os professores compreendam as demandas envolvidas nas propostas pedagógicas e identifiquem alternativas que ampliem a participação das crianças. Em uma brincadeira com regras, por exemplo, a utilização de orientações visuais, a demonstração prévia das etapas ou a flexibilização de determinadas exigências podem representar possibilidades de mediação. Essas estratégias não devem ser compreendidas como procedimentos universais, mas como alternativas a serem consideradas de acordo com as características das crianças e os objetivos da experiência educativa.

Dias e Seabra (2013) apresentam propostas de intervenção voltadas à autorregulação e às funções executivas que podem subsidiar a organização de atividades no contexto escolar. Mazzo (2021) também discute possibilidades de utilização de programas estruturados para o desenvolvimento dessas habilidades na Educação Infantil.

A contribuição desses referenciais para a formação docente está na apresentação de conhecimentos e estratégias que podem ampliar o repertório pedagógico dos professores. Contudo, sua utilização exige reflexão sobre a adequação das propostas às características das crianças e às condições concretas das instituições educativas.

A análise também permite identificar um cuidado necessário na aproximação entre conhecimentos sobre desenvolvimento cognitivo e Educação Inclusiva. A valorização das funções executivas não deve produzir expectativas de padronização dos comportamentos infantis.

Crianças que apresentam diferentes formas de comunicação, participação ou organização de suas ações não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de sua capacidade de responder a determinadas exigências escolares. Uma perspectiva inclusiva exige que o professor reconheça essas diferenças e reflita sobre as barreiras presentes na organização das experiências educativas.

Dessa forma, a formação docente precisa favorecer uma apropriação crítica dos conhecimentos científicos. Isso significa compreender as contribuições das pesquisas

sobre funções executivas, mas também reconhecer seus limites quando utilizadas para interpretar situações educacionais complexas. As habilidades cognitivas constituem uma dimensão importante do desenvolvimento infantil, porém não explicam isoladamente os processos de aprendizagem nem substituem a análise das condições sociais, culturais e pedagógicas em que as crianças estão inseridas.

Moreira e Barreto (2026) discutem as relações entre funções executivas e formas de pensar e aprender, contribuindo para ampliar a reflexão sobre a importância de experiências educativas que mobilizem diferentes processos cognitivos. No contexto da formação docente, essa perspectiva pode ser articulada à necessidade de organizar ambientes de aprendizagem que ofereçam oportunidades diversificadas de participação e resolução de problemas. Entretanto, a presença de desafios cognitivos nas atividades não garante, por si só, sua adequação às necessidades de todas as crianças.

A formação para práticas inclusivas exige, portanto, que o professor desenvolva a capacidade de analisar criticamente as experiências propostas, considerando quem participa, quais dificuldades surgem e que mudanças podem favorecer a aprendizagem. A mediação docente, compreendida a partir das contribuições de Vygotsky (2007), assume papel fundamental nesse processo, pois permite reconhecer que as possibilidades de desenvolvimento são construídas nas interações e podem ser ampliadas por meio de apoios e experiências adequadamente organizados.

Os referenciais discutidos também indicam a pertinência de aprofundar investigações sobre como os conhecimentos relacionados às funções executivas são abordados na formação inicial e continuada de professores da Educação Infantil. Embora a literatura analisada ofereça fundamentos para discutir suas possíveis contribuições pedagógicas, ela não permite afirmar como os docentes efetivamente compreendem ou utilizam esses conhecimentos em seus contextos profissionais.

Essa distinção evidencia a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem os saberes docentes, as dificuldades encontradas no planejamento e as possibilidades de articulação entre conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e práticas inclusivas.

A partir dessa discussão, compreende-se que a contribuição dos conhecimentos sobre funções executivas para a formação docente não está apenas na ampliação do

repertório conceitual dos professores, mas na possibilidade de favorecer reflexões sobre a organização das práticas pedagógicas. Quando articulados à compreensão das singularidades infantis, à mediação docente e aos princípios da Educação Inclusiva, esses conhecimentos podem subsidiar decisões que ampliem as oportunidades de participação e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo discutir as contribuições dos conhecimentos sobre funções executivas para a formação de professores da Educação Infantil, considerando suas possibilidades de aplicação no planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. A análise dos referenciais permitiu compreender que o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva constituem habilidades relevantes para diferentes situações de aprendizagem e participação no cotidiano escolar, oferecendo elementos que podem ampliar a compreensão docente sobre os processos de desenvolvimento infantil.

A discussão evidenciou que a apropriação desses conhecimentos pode contribuir para a interpretação de situações vivenciadas pelas crianças e para a organização de estratégias pedagógicas mais sensíveis às diferenças individuais. Entretanto, essa contribuição depende da articulação entre conhecimentos científicos, reflexão sobre a prática e compreensão das dimensões sociais, culturais e relacionais da aprendizagem. A utilização dos referenciais sobre funções executivas não deve resultar na classificação das crianças segundo padrões homogêneos de desenvolvimento, mas favorecer a construção de condições educativas que reconheçam suas singularidades.

Também foi possível compreender que a intencionalidade pedagógica e a mediação docente constituem elementos centrais para a construção de práticas inclusivas na Educação Infantil. O conhecimento sobre desenvolvimento cognitivo pode ampliar o repertório dos professores, mas sua contribuição depende da capacidade de relacioná-lo às necessidades identificadas no cotidiano escolar e aos princípios que orientam essa etapa da Educação Básica.

A principal contribuição teórica deste artigo está na articulação entre os conhecimentos sobre funções executivas e a discussão da formação docente para práticas pedagógicas inclusivas. Ao deslocar o foco do desenvolvimento dessas habilidades nas crianças para sua compreensão e utilização pelos professores, o estudo amplia as possibilidades de reflexão sobre os conhecimentos necessários à organização de experiências educativas que contemplem a diversidade presente nas instituições de Educação Infantil.

Como limitação, destaca-se que a revisão narrativa não permite identificar a extensão dos conhecimentos docentes sobre funções executivas nem avaliar empiricamente seus efeitos sobre as práticas pedagógicas. Assim, pesquisas futuras poderão investigar como professores da Educação Infantil compreendem essas habilidades, de que maneira as relacionam ao planejamento e quais necessidades formativas identificam para a construção de práticas inclusivas.

Conclui-se que a aproximação entre formação docente, conhecimentos sobre funções executivas e Educação Inclusiva constitui um campo pertinente de investigação, especialmente quando orientada pela compreensão integral do desenvolvimento infantil e pela valorização das diferentes formas de participação e aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

BLAIR, C.; RAVEN, C. C. School readiness and self-regulation: a developmental psychobiological approach. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 66, p. 711-731, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

DIAMOND, A. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 64, p. 135-168, 2013.

DIAS, N. M.; SEABRA, A. G. **Programa de Intervenção em Autorregulação e Funções Executivas (PIAFEx):** manual de aplicação. São Paulo: Memnon, 2013.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

MAZZO, M. B. **Funções executivas na Educação Infantil:** melhoria no desempenho escolar: programas de intervenção. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

MOREIRA, M. A. S.; BARRETO, M. R. N. Desafiando o cérebro: funções executivas e as novas formas de pensar e aprender. **Revista Tecnia**, Goiânia, v. 11, n. 1, e11018, 2026.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: março de 2026.